

# Marginalidade e dissidência nas Relações Internacionais a partir de Walker e Ashley

*Marginality and dissidence in International Relations from Walker and Ashley*

Carolina Pereira de Souza\*

## Resumo

A dissidência e a marginalidade são lugares e atitudes que os pós-estruturalistas R.B. Walker e Richard Ashley reivindicam na disciplina de Relações Internacionais. Para esses autores esses são os lugares que um estudioso deve ocupar para realizar um trabalho crítico sem um registro religioso nostálgico de uma ordem que deve ser retomada. Esse artigo se propõe a demonstrar o motivo pelo qual esses autores trabalham as Relações Internacionais a partir das margens e como essa atitude poderia possibilitar espaço para alternativas no estudo do Internacional. A pesquisa será realizada a partir da revisão bibliográfica de alguns artigos dos autores. Ver-se-á que a dissidência possibilita que ideias naturalizadas possam ser questionadas e novas formas de trabalhar os problemas contemporâneos.

**Palavras-chave:** Dissidência. Marginalidade. Pós-estruturalismo. Walker. Ashley.

## Abstract

Dissent and marginality are places and attitudes that post-structuralists R. Walker and Richard Ashley claim in the discipline of International Relations. For these authors these are the places that a scholar must occupy to perform a critical work without a nostalgic religious record of an order that must be resumed. This paper proposes to demonstrate the reason why these authors work International Relations from the margins and how this attitude could make room for alternatives in the study of the International. The research will be carried out from the bibliographical review of some articles of the authors. It will be seen that dissent allows naturalized ideas to be questioned and new ways of working on contemporary problems.

**Key-words:** Dissidence. Marginality. Post-structuralism. Walker. Ashley.

\* Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: carolina\_p@ymail.com.

## Introdução

O estudo da linguagem adentrou o campo das Relações Internacionais a partir do final da década de 1980 com a chamada virada linguística (BARTELSON, 2008). Todavia, no Brasil, aplicações de pressupostos linguísticos a estudos internacionais deixam a desejar. As abordagens pós-modernas não são incentivadas na academia e os espaços para debates teóricos ainda são controlados pelos métodos positivistas. Esse trabalho busca abordar a reivindicação de um lugar marginal na disciplina de Relações internacionais pelos autores Ashley e Walker, enquanto analisa os motivos pelos quais esses autores optaram pela abordagem pós-estrutural. A pesquisa não objetiva apresentar uma melhor resposta às perguntas teóricas da disciplina, mas demonstrar porque o pós-moderno é importante e merece espaço em nossos estudos contemporâneos. Esse artigo é baseado em uma pesquisa bibliográfica e tem, acima de tudo, o objetivo de despertar a curiosidade para a busca por novas formas de enxergar o mundo em que vivemos.

A delimitação entre o que é legítimo de ser estudado ou não, ou qual método deve ser utilizado no estudo, é uma regra que só se sustenta por conta de uma reivindicação soberana. A partir dos anos 1960, alguns escritores identificados com certos movimentos intelectuais - influenciados pela crítica de autores como Marx, Freud e Nietzsche, e pela descrença quanto às promessas do desenvolvimento - começam a questionar os métodos, o sujeito e os objetos de estudos vigente até então, baseados em epistemologias modernas como o positivismo. Os pós-estruturalistas, por exemplo, criticam tanto a noção de um sujeito agente da história quanto a de um agente passivo. O indivíduo participa de uma rede de relações de poder e, em grande medida, atua sobre ela. Haveria uma relação complexa e complementar entre o humano e as estruturas de poder. Desafiar a noção de sujeito moderno é desafiar grande parte da construção do conhecimento como o conhecemos, bem como suas divisões pré-estabelecidas. Os pós-modernos, no geral, perpassam fronteiras entre disciplinas promovendo questões críticas em diferentes campos de estudo na busca por uma atitude crítica política.

O artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, abordo brevemente o contexto em que o pós-moderno adentra as relações internacionais e introduzo os dois autores principais nessa pesquisa. Em um segundo momento, tenciono abordar o pós-moderno nas

teorias de Relações Internacionais, bem como apresentar brevemente algumas questões de autores dessa abordagem na disciplina. Por fim, procuro demonstrar como os autores, Ashley e Walker, tratam a atitude política da dissidência dentro da disciplina de Relações Internacionais.

## **Ashley e walker: o pós-estruturalismo<sup>1</sup> nas Relações Internacionais**

Durante a década de 1980, a tensão entre os dois blocos de poder (pró capitalismo liderados pelos Estados Unidos e pró comunismo liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) que disputavam influência no mundo aos poucos diminuiu. Com a progressiva dissolução da URSS, que acarretaria no fim da guerra fria, e o crescimento dos fluxos de informação e capital através das fronteiras estatais, o ambiente internacional sofre significativas transformações. É neste contexto que as teorias tradicionais das Relações Internacionais entram em crise. Por um lado, pela progressiva convergência de explicações dos fenômenos entre “realistas” e “liberais”, a partir da aceitabilidade da racionalidade de um sujeito tomador de decisões com determinados interesses, por outro lado, porque o fim de um mundo bipolar trouxe a necessidade de repensá-las (RESENDE, 2011, p.24).

Com a crise na disciplina, e com a crise da modernidade que incluía as ciências sociais como um todo, a visão do que deveria ser estudado pelas Relações Internacionais mudou. Não eram mais necessários estudos ou teorias para um mundo bipolar, com um conflito mundial latente. Soma-se a isso o fato de que nenhuma das teorias criadas durante a Guerra Fria, por “realistas” ou “liberais”, previu o fim do conflito da forma como se deu (RESENDE, 2011, p.33). O “realismo” e o “liberalismo” não deixaram de ser importantes às Relações Internacionais, mas perderam a capacidade de responder às novas questões internacionais como direitos humanos, meio ambiente, mercado global, e conflitos transnacionais. Der Derian e Shapiro (1989, p. 10) afirmam que as leituras pós-estruturalistas ganham espaço a partir de uma crise da modernidade. A partir dessa crise,

1. Pela dificuldade e complexidade em separar o pós-moderno do pós-estrutural, utilizarei nesse artigo ambos os termos intercalados, ligados a noção de resposta crítica ao pensamento positivista e as consequências que os ideais modernos trouxeram, principalmente as duas Guerras Mundiais.

as unidades fundadoras (sujeito autônomo, Estado soberano, grandes teorias) e oposições sintéticas (sujeito/objeto, interno/externo) da modernidade estão sob constante desafio e sujeitas a novos olhares.

É também no fim da década de 1980 que o pós-estruturalismo, já presente em diversas ciências sociais, adentra o campo das Relações Internacionais. As práticas pós-estruturais têm sido usadas para estudar criticamente como os sujeitos – no sentido duplo de sujeito-ator e sujeito-a-alguma-coisa – são construídos dentro e através de discursos e textos da política mundial (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p. 9). Alguns autores começam a investigar os conceitos, paradigmas, linguagem e discursos dominantes no campo disciplinar.

Richard Ashley é um dos principais autores do pós-modernismo nas Relações Internacionais. A análise e desconstrução das teorias fazem com que o autor também esteja conectado a questões pós-estruturais. A desconstrução e dupla leitura que o leitor se utiliza são referências diretas do pós-estruturalismo adentrando o campo de estudo. Um dos artigos mais reconhecidos desse autor faz uma crítica às bases do “neorrealismo”. Em *The Poverty of Neorealism* (1984), Ashley analisa os mecanismos que fazem com que a teoria “neorrealista” continue funcionando apesar de suas contradições internas. Um problema dessa teoria, por exemplo, é que a racionalização da política global pode legitimar e orientar um projeto totalitário de proporções globais (ASHLEY, 1984, p. 228). Um argumento basilar do pós-estruturalismo, importante na obra de Ashley (1989), é a crítica ao uso do logocentrismo nas Relações Internacionais. Ashley (1989) afirma:

Por logocentrismo, Derrida quis dizer uma orientação prática e um procedimento que imediatamente pressupõe, invoca e efetua uma normalização das expectativas práticas. Esta é a expectativa de que toda interpretação e prática devem garantir o reconhecimento e o poder por recurso a alguma consciência idêntica, princípio de interpretação ou subjetividade necessária [...]. (ASHLEY, 1989, p.261, tradução nossa)<sup>2</sup>.

2. Derrida means a practical orientation and a procedure that at once presupposes, invokes and effects a normalizing practical expectation. This is the expectation that all interpretation and practice must secure recognition and power by appeal to some identical consciousness, principle of interpretation or necessary subjectivity [...] (ASHLEY, 1989, p. 261).

Através dessa prática, os estudiosos dividem o mundo em duas esferas opostas – internacional e doméstica – distintas por natureza. O autor demonstrou que o Estado estava engajado em diversas práticas discursivas que mantinham sua posição privilegiada. Esses discursos atribuíam ao próprio Estado diversas características positivas (ordem, estabilidade, proteção), enquanto ao Internacional eram relegados seus opostos (desordem, instabilidade e insegurança constante). Assim o Estado soberano torna-se um sujeito, responsável pelas práticas heroicas de estabilização e ordem das ambiguidades e contingências existentes, portanto, único responsável pela segurança dos indivíduos modernos. Sem o Estado soberano, ou mesmo fora dos Estados como acontece com o ambiente internacional, não há ordem nem capacidade de desenvolvimento. Ao desconstruir essas “práticas heroicas”, Ashley (1989) dessacraliza o Estado nas Relações Internacionais e contribui para evidenciar a necessidade de rever a importância do Estado, retirando-o de sua construção histórica e contingencial.

No caso de Robert Walker, um autor controverso e de difícil classificação, além da influência de autores como Foucault (1970, 2003, 2006, 2007) e Derrida (1981, 1989, 1997, 2003) trabalha com leituras alternativas de clássicos como Maquiavel, Hobbes e Kant (PROKHOVNIK, 2012). Outra maneira de entender seu trabalho é descrevendo-o como um metateórico, não no sentido de tentar melhorar o entendimento teórico de Relações Internacionais, mas de questionar a própria existência desse campo de estudos (GRIFFITHS, 2004, p.308). Uma de suas principais críticas é a divisão entre a Ciência Política e as Relações Internacionais, que permeia toda sua obra, mas que é tema principal do livro *Inside/Outside: Relações Internacionais como teoria política* (2013). Enquanto a Ciência Política é descrita como origem do progresso e da cidadania, o ambiente internacional, e, conseqüentemente, as Relações Internacionais, é um ambiente anárquico, ontologicamente separado da ética, e, portanto, condenado a repetição e a reincidência, sem possibilidade de “progresso” ou mudança, fadado a relações de inimizade (WALKER, 2013, p.255). Essa crítica também está atrelada a outro dos principais temas de Walker: a soberania. O autor trabalha a soberania, não como princípio pré-existente ou pré-inscrito em alguma fórmula racional, mas como fator importante do discurso da Modernidade, e para a possibilidade da existência das Relações Internacionais.

## Dissidência e marginalidade: o pós-moderno nas Relações Internacionais

Para os pós-estruturalistas, não existem essências a serem encontradas nem regularidades a serem observadas. A ciência, ao tentar identificar, classificar e prever comportamentos acaba por naturalizar alguns conceitos que foram criados (JATOBÁ, 2013, p. 107). Ao aceitarem que os discursos moldam a realidade que os cerca, os pós-modernos podem responder à pergunta: “como determinadas estruturas foram criadas?”. De certa forma, o tema da soberania permeia todas as críticas pós-estruturalistas, visto que ela tem uma conotação diferente para esse grupo de autores (RESENDE, 2011, p.74). Não é somente a soberania estatal, mas a de um homem moderno racional, por exemplo, que na modernidade se torna autoridade. Seja na desconstrução de conceitos chave como a anarquia, ou no estudo da política externa, através da construção de identidade, o questionamento à soberania é muito presente nas análises pós-estruturalistas e pós-modernas que ocupam não o centro, mas um lugar de dissidência e crítica.

Para Julia Kristeva (1986), há pelo menos três tipos de dissidentes atualmente: a) o rebelde que ataca o poder da polícia; b) o psicanalista que se distancia da religião, e c) o escritor que experimenta os limites da identidade, onde a lei somente existe na linguagem. Podemos encarar os autores abordados nesse capítulo como constituidores do terceiro grupo, apesar de pensarem com e além de Kristeva. A linguagem que Kristeva defende para o escritor dissidente é o idioma do exílio. Para a escritora “nossa era atual é uma era do exílio. Como se pode evitar afundar na lama do senso comum, se não se tornar um estranho ao próprio país, idioma, sexo e identidade? A escrita é impossível sem algum tipo de exílio” (KRISTEVA, 1986, p. 298, tradução nossa)<sup>3</sup>. A forma como os pós-estruturalistas observam e estudam as Relações Internacionais podem ser consideradas como formas dissidentes de estudo.

Entre os autores pós-estruturalistas mais estudados podemos também citar David Campbell (1998). Através de seus escritos, Campbell (1998) investiga as estruturas discursivas que permeiam a legitimação e criação da identidade de um Estado, bem como a

---

3. Our present age is one of exile. How can one avoid sinking into the mire of common sense, if not by becoming a stranger to one's own country, language, sex and identity? Writing is impossible without some kind of exile (KRISTEVA, 1986, p. 298).

construção da política externa. A partir de crises que os Estados modernos têm enfrentado contemporaneamente, a política externa se torna instrumento de um discurso de medo e perigo dos Outros, ou do Outside. Assim, a política externa se revela como uma prática de produção de fronteiras (RESENDE, 2011, p.83). Conseqüentemente, a esfera internacional deixa de ser vista como a relação entre entidades pré-existentes, e sim como um campo de disputas discursivas, no qual os Estados convivem e se adaptam através de sua política externa. Além disso, Campbell (1998) nega que o Estado contenha uma essência nacional, portanto sua identidade precisa ser constantemente reafirmada, e “a articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado; mas sim sua própria condição de possibilidade” (CAMPBELL, 1998, p.12, tradução nossa) <sup>4</sup>.

No estudo da linguagem nas Relações Internacionais, outro autor crítico que se destaca é James Der Derian. Para ele, a auto evidência com a qual os termos “Relações” e “Internacionais” têm sido enfrentados em nosso campo de estudo é um problema. Na tentativa de desnaturalizar a relação entre esses dois termos, a realidade deve ser estudada como um intertexto. Essa leitura intertextual, promoveria o estudo crítico de uma área que não tem um juiz, ou uma autoridade, que julgue os significados que derivam de uma inter-relação entre textos. Ao possibilitar novas interpretações do mundo criado a partir do texto, poderemos acrescentar novas dimensões e alternativas à teoria internacional tradicional (DER DERIAN, 1989, p.6). O autor também trabalha a diplomacia através da genealogia, compreendendo-a como a mediação entre os Estados, não no sentido de uni-los, mas de promover a manutenção de suas diferenças. Enquanto os discursos das diferenças entre as unidades do Sistema permanecem, a diplomacia funciona como um estabilizador, uma ponte entre essas unidades diferentes (DER DERIAN, 1987). James Der Derian também organizou, em conjunto com Michel Shapiro, a coletânea que impulsionou os estudos pós-estruturalistas nas Relações Internacionais na década de 1990: *International/Intertextual Relations* (1989).

Michael Shapiro transita por muitos temas e tradições filosóficas. Na década de 1980, começa a analisar alguns conceitos, como governamentabilidade e micropolítica, e sua aplicabilidade nas Re-

4. The constant articulation of danger through foreign policy is thus not a threat to a state's identity or existence; it is its condition of possibility (CAMPBELL, 1998, p.12).

lações Internacionais. Para o autor, (SHAPIRO, 1989, p.14) uma perspectiva política crítica é aquela que questiona as formas privilegiadas de representação cuja predominância tem levado a aceitação sem questionamentos de sujeitos, objetos, atos, através dos quais o mundo político é criado. Textualizar um domínio de análise como as Relações Internacionais é reconhecer (1) que qualquer realidade é mediada por um modo de representação e (2) que as representações não são descrições do mundo factual, mas maneiras de criar os fatos. Além disso, no mesmo capítulo, Shapiro expõe o que chama de “genealogia do medo” e demonstra que, porque vivemos em um mundo onde o perigo é institucionalizado, pessoas interessadas em relacionar seus medos com perigos se tornaram consumidores de representações vindas de instituições, que por sua vez, tem se legitimado pela produção de interpretações do perigo (discurso de securitização) (SHAPIRO, 1989, p.20).

O autor também estudou o tratamento tradicional da guerra pelas Relações Internacionais. Usando da etnografia, argumentou que as coletividades não entram em guerra para se defenderem de hostilidades ou para conquistarem novos territórios, mas para construir suas próprias identidades. Temos dificuldade em imaginar formas alternativas de organização política porque a geografia do Estado gera práticas cartográficas violentas que impediam um resgate da ética na política internacional. Shapiro amplia o campo crítico do estudo da segurança nas Relações Internacionais, e das análises pós-estruturalistas ao questionar a predominância do espaço nas relações políticas analisadas pelo campo tradicionalmente (RESENDE, 2011, p. 100).

Tradicionalmente, as Relações Internacionais são estudadas a partir da construção de identidades políticas soberanas, disputas por poder e inimizade e a construção de narrativas espaciais, atemporais e com pretensões universais. Com as rápidas mudanças ocorridas com o fim da Guerra Fria, e o progressivo desenvolvimento informático, essas teorias se tornaram problemáticas, ou perderam sua capacidade explicativa. A emergência de novos desafios e também de novas perspectivas na disciplina, possibilitou o surgimento dos estudos pós-modernos e linguísticos, desconstruam os fundamentos das análises anteriores e inserem uma nova forma de pensar as Relações Internacionais. Apesar disso, os pós-modernos jamais investiram em uma posição central na disciplina, consequentemente, também, da visão que tem da noção de soberania. Veremos a

seguir que R. B. J. Walker é um dos pós-estruturalistas vanguardas, junto com Richard Ashley e outros nomes trabalhados nesse capítulo, nas Relações Internacionais. Suas críticas são fundamentais para a compreensão e para a criação de uma disciplina crítica. O próximo capítulo é a tentativa de abordar a obra desse autor, principalmente no que se refere a sua visão crítica da soberania.

## **O trabalho nas margens: soberania e dissidência na disciplina de Relações Internacionais por Richard Ashley e Robert Walker**

Os pós-modernos, no geral, partem do pressuposto de que a soberania não se aplica somente aos Estados, mas a uma autoridade moderna presente, por exemplo, no homem soberano, sujeito do e ao conhecimento. Nas Relações Internacionais, a soberania também foi reivindicada por conjuntos teóricos que hoje são privilegiados e ocupam o centro do campo de estudos. Diferente da concepção de centro e periferia, mas ao mesmo tempo ciente do espaço que os críticos e, principalmente, pós-modernos, ocupam na disciplina, Walker e Ashley (1990a; 1990b) desenvolveram ensaios sobre a posição privilegiada de determinados modos de pensar nas Relações Internacionais e sobre a necessidade de posicionamentos críticos<sup>5</sup>, que eles chamam de dissidente.

Na introdução a uma edição especial do periódico *International Studies Quarterly*, Walker e Ashley (1990a)<sup>6</sup> apontam para a multiplicação de lugares<sup>7</sup> marginais<sup>8</sup> na modernidade, que desa-

---

5. A visão de posicionamento crítico desses autores está em conformidade com a referida por Shapiro: “uma perspectiva política crítica é aquela que questiona as formas privilegiadas de representação, cujo domínio tem levado a aceitação não problemática de sujeitos, objetos, atos através do qual o mundo político é criado” (SHAPIRO, 1989, p.13).

6. Essa não é a principal obra de Ashley nem de Walker, mas a introdução e conclusão desse periódico são os terrenos férteis onde os autores trabalharam as atitudes dissidentes e marginais como necessidade política aos estudantes das Relações Internacionais, ou como Walker prefere, do moderno internacional.

7. O sentido geográfico da palavra é enganoso. “Lugares” aqui se referem a posicionamentos políticos, ideológicos, culturais do cotidiano. Os exemplos que os autores selecionam mostram a complexidade desses desafios às estruturas modernas (ASHLEY; WALKER, 1990a, p.260).

8. Alguns dos exemplos dados pelos autores são: a mãe trabalhadora que deve passar diariamente de um lado para o outro através das fronteiras mutuamente intrusas, nunca estáveis da vida profissional e da vida em casa, cada uma com seu próprio caráter distintivo e com narrativas historicamente elaboradas de verdade e significado implicadas pelo gênero; o jovem em fase de desenvolvimento cuja identidade é simultaneamente reivindicada em narrativas nacionais de “segurança nacional” e as narrativas

fiam as categorias estáveis modernas. Esses lugares não oferecem fronteiras e localizações precisas, nem um território hegemônico onde as classificações são fixas. São espaços inclassificáveis de luta, onde práticas diversas são confrontadas. Enquanto desafios, porém, não devem ser conhecidos somente como obstáculos a serem transpassados pela razão. Esses locais, situações, ações e discursos, são os recursos dos exilados ou dissidentes. Não requerer um lugar privilegiado nas construções teóricas Relações Internacionais e manter sua marginalidade é fruto da própria disposição dissidente de manter distância de qualquer centro pressupostamente soberano de interpretação e julgamento<sup>9</sup> (ASHLEY; WALKER, 1990b). Ashley e Walker não somente abordam a dissidência, mas reivindicam essa posição como a mais rica em possibilidades de estudo das Relações Internacionais e como o lugar ético onde o pesquisador deve estar. Estar à margem não significa negar o centro, ou querer destitui-lo, mas escapar de suas classificações e regras e utilizar diversos olhares para temas tidos como naturais, indiscutíveis ou não pertencentes ao conhecimento da área.

Na conclusão dessa mesma edição especial, Walker e Ashley (1990b) demonstram que o encontro de um leitor ou estudante de Relações Internacionais com uma crítica dissidente proporciona atitudes que explicitam a localização soberana de alguns discursos. Esses encontros são geralmente tidos como uma pausa, para que logo depois o leitor volte à “realidade” das teorias de Relações Internacionais, ou seja, as críticas não são levadas a sério na construção de conhecimento e de novos trabalhos. No geral, são recebidas com indiferença. Walker e Ashley (1990b) também elencam exemplos

---

universalizantes dos “direitos do homem”; o trabalhador desempregado cujo lugar na vida é potencialmente atravessado por ambas as narrativas de “luta de classes”, que pode inscrever para ele uma identidade em oposição a uma burguesia internacional e as narrativas da “competição nacional”, que pode inscrever para ele uma identidade em oposição aos trabalhadores de outras nações; a mulher cujo útero é reivindicada pelas narrativas irresolutamente contestantes de “igreja”, “paternidade”, “economia” e “política liberal” (ASHLEY; WALKER, 1990a, p.260).

9. Nesse sentido, Lyotard (1990) trata da legitimidade de um modo que demonstra como a reivindicação desses locais soberanos e da identidade de um “nós”, estão intrinsecamente ligados: “Considere uma lei civil; seu enunciado é o seguinte: tal categoria de cidadãos deve desempenhar tal tipo de ação. A legitimação é um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar esta lei como norma. Considere-se um enunciado científico; ele está submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico. Aqui a legitimação é o processo pelo qual um “legislador” ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica” (LYOTARD, 1990, p.13).

de respostas aos dissidentes, que são acompanhadas de um “eu” ou “nós” sem autocrítica, resultado da reificação de determinadas práticas na disciplina. A resposta aos dissidentes é feita como se o leitor, uma unidade, a comunidade, já estivessem construídas e tivessem certa autoridade, que não pode ser questionada<sup>10</sup>. Todas essas reações demonstram que as críticas dissidentes não ocupam um lugar respeitável no campo de estudo. Em outras palavras, os limites da teoria já foram traçados e essas críticas não fazem parte dele.

Se os dissidentes não prometem ocupar o centro disciplina para, a partir desta posição, conquistar um olhar privilegiado, ou constituir arcabouço superior, ou um jeito mais poderoso de responder às perguntas propostas pela disciplina, por que eles são importantes? Eles acentuam e deixam mais evidente um senso de crise, da disciplina de estudos internacionais, ao colocarem as fronteiras institucionais da disciplina em questão, e colocarem os modos familiares de subjetividade, objetividade e conduta em dúvida. Além disso, os dissidentes tomam a noção de tempo, espaço e progresso como incertos e não como evidentes, o que torna possível transpassar as limitações da disciplina, expondo questões e dificuldades, e explorando possibilidades teóricas e políticas. Essa atitude convida a estudar conexões entre uma crise disciplinar contemporânea<sup>11</sup> e o problema da soberania (ASHLEY; WALKER, 1990b). A importância de criticar esses limites como naturais é evitar exclusões e possibilitar a inclusão de diferentes temas, diferentes pontos de vista na pesquisa sem constrangimentos.

Essa crise envolve a abertura da disciplina a uma atividade ambígua e intrinsecamente indeterminada, que não conhece limites “necessários”, e desestabiliza toda tentativa de produzir uma

---

10. Nesse sentido os autores declaram o que seria a resposta ideal às críticas dissidentes, que eles chamam de *female response criticism*. Essa resposta seria como se o leitor fosse um texto em construção e a crítica questionasse sua posição política e teórica, assim o leitor mudaria com a crítica e também criaria outros estudos críticos (ASHLEY; WALKER, 1990b. p.371).

11. A noção de crise disciplinar não é algo próprio das Relações Internacionais, mas abarca a relação entre sociedade e conhecimento como um todo. Em 1978, em uma conferência no Japão, Foucault se refere a uma crise disciplinar nos seguintes termos: “Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar em uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente continua impregnada da antiga técnica. Mas é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina de hoje” (FOUCAULT, 2003, p. 268). A noção de crise advém então da incapacidade das estruturas políticas e sociais existentes de lidar com as mudanças ocorridas no século XX e XXI.

representação do que a disciplina é e faz. Entender a crise disciplinar dessa forma significa entender também uma crise não só de Relações Internacionais, mas das ciências humanas, do patriarcado, da governabilidade, da sociedade industrial tardia, uma crise generalizada da modernidade. No geral, Ashley e Walker defendem que a soberania é tratada como uma preocupação, como algo necessário, em discursos que procuram estabilidade. Não é referência para descrever algo pensado como real, já presente e distinguível de outras coisas reais, mas como uma reflexão sobre uma falta, sobre uma perda, sobre algo que poderia ter sido, mas não é mais:

[...] a soberania surge como uma construção intrinsecamente problemática precisamente em resposta a uma crise de representação, e não surge como um conceito que representa alguns fundamentos já evidentes, mas como uma resposta ativa ao desejo nômade de preencher um vazio percebido, compensar uma falta sentida de fundamentos, marcar um espaço territorial e efetuar uma ordem institucional na qual os paradoxos do espaço, do tempo e da identidade podem ser resolvidos sem qualquer dúvida<sup>12</sup> (ASHLEY; WALKER, 1990b, p. 403, tradução nossa).

Portanto, a soberania é tratada como uma questão ou um problema. Não como algo dado e natural. O problema da soberania é profundamente paradoxal. Profundo, pois está na base da sociedade, no fundamento de uma autoridade capaz de dotar de possibilidades, creditar ações e fixar limites. Além disso, como é fruto do desejo de um fundamento, é encarada como natural e não questionável. E paradoxal, pois comumente um problema - a soberania - é o centro de discursos de legitimidade que procuram resolver problemas. Ao posicionar a soberania como resposta aos problemas modernos, ou seja, como um princípio central a Modernidade, a própria soberania não é resolvida, estudada ou problematizada.

Ademais os discursos ou textos que produziram a aparência de uma resolução para esse problema se engajam em uma duplicidade. Enquanto tentam responder ao problema da soberania, eles também devem se mover por vários dispositivos para realizar duas coisas: (1) devem permitir a estigmatização e exclusão de discursos sérios que colocariam em risco a resolução da soberania, seu conceito, (2) ao

12. [...] sovereignty emerges as an intrinsically problematical constructo precisely in response to a crisis of representation, and it emerges not as a concept representing some foundational already self-evident but as an active reply to a nomadic desire to fill a perceived void, compensate for a felt lack of foundations, mark off a territorial space, and effect an institutional order in which paradoxes of space, time and identity can be resolved beyond doubt (ASHLEY; WALKER, 1990b, p. 403).

mesmo tempo que esses discursos trabalham a serviço de uma fundação soberana já além de questionamentos, já dada. As resoluções do problema da soberania só podem ser tentativas instáveis, porque os discursos que se dizem resoluções não podem se livrar do paradoxo de espaço, tempo e identidade que se torna visível nas crises.

Quando falado em tom de registro “religioso” - ou seja, reagir mal à proliferação de possibilidades culturais recebidas como uma irrupção de perigos inomináveis, saudadas com tristeza, sensação de nostalgia, uma espécie de saudade de uma ordem institucional que pode impor limites estáveis e trazer uma realidade indeterminada e ambígua sob controle<sup>13</sup> - a palavra “soberania” é frequentemente usada ideologicamente como se representasse alguma fonte de significado, algum princípio de organização efetivo, algum modo de estar já em vigor, uma resolução simples e segura de paradoxos de espaço, tempo e identidade. No entanto, esta palavra só é usada em resposta a uma crise de representação onde os paradoxos do espaço, do tempo e da identidade deslocam todos os referentes “certos” e colocam todas as origens da verdade e do significado em dúvida. Assim, a soberania não pode realmente representar nenhuma dessas coisas. A palavra pode, porém, conotar uma região ilimitada de atividade ambígua que um desejo “religioso” marcaria, preencheria e reivindicaria como um território próprio. Uma região ilimitada de liberdade que deseja, sempre em busca de uma finalidade indescritível, poder se esforçar para excluir e esquecer (ASHLEY; WALKER, 1990b, p. 383).

A crise disciplinar não é criada pelos dissidentes. Os receptáculos das críticas, que fazem parte do centro teórico soberano das Relações Internacionais, nunca estiveram sobre um terreno textual fixo que pudesse ser usado como fonte segura de conhecimento. O que constitui esse centro, em uma disciplina, é a habilidade de sustentar a aparência de uma presença soberana comandante por algum tempo, adotando certa blindagem, certa cegueira aos trabalhos críticos e encontros inquietantes com paradoxos de espaço, tempo e identidade. Essa reivindicação soberana de um centro<sup>14</sup> das Relações Interna-

13. The proliferation of cultural possibilities is not welcomed but received as an irruption of unnameable dangers, and the event of crisis is greeted with a sadness, a sense of nostalgia, a kind of homesickness for an institutional order that can impose stable boundaries and bring an ambiguous and indeterminate reality under control (LAPID, 1989 *apud* ASHLEY; WALKER, 1990b).

14. Para Walker a soberania é comumente entendida como um conceito do centro, algumas vezes em termos baseados na definição de Max Weber de um Estado como

cionais é eticamente paradoxal, visto que no momento em que esse privilégio é requerido deve-se esquecer a marginalização e exclusão de diversas formas de pensamento crítico do campo de estudo, porque elas perturbam a pretensão de certeza soberana.

Além disso, valorizar o ideal abstrato, de uma disciplina territorial e soberana, como um discurso de positividade pura, é valorizar também um registro puramente negativo, que nega considerações éticas. Inferir a mesma localização para todos, ou seja, delimitar um local de onde todos devem partir, na disciplina, significa delimitar um local de legitimidade. Para fugir dessa postura, entretanto, não adianta negar os discursos éticos que elegem um espaço soberano de julgamento. Ao contrário, é preciso estar disposto a realizar um trabalho paciente de questionar e ouvir, que possibilita que o discurso atravesse os limites territoriais e que evite qualquer domínio supostamente excludente do centro soberano. Essa é a atitude crítica desejável que os dissidentes tentam colocar em prática (ASHLEY; WALKER, 1990b, p.390-394).

A emergência dos trabalhos dissidentes é visível em textos que demonstram um senso de crise que já estava claro em outras ciências sociais. As práticas do pensamento dissidente não só celebram a possibilidade de transgredir as fronteiras da disciplina, mas tentam colocar em prática uma ética da liberdade, que evite pontos soberanos de legitimidade, prevenindo assim exclusões derivadas da demarcação do que seria um “nós” e do que seria o “nosso” trabalho nas Relações Internacionais. Na conclusão dessa edição, os autores declaram o objetivo dissidente: tentar trabalhar, ler e responder de diversas formas as questões da soberania. Ao fazê-lo, trabalham com uma crise iminente e com reações a ela. Diferente de um desejo religioso, os dissidentes procuram reagir de forma ética à crise, sem oferecer um centro alternativo soberano à disciplina, mas as bases para que a teoria e, principalmente, as práticas de Relações Internacionais ofereçam alternativas e contemplem um arcabouço de possibilidades políticas. Esse senso de crise não significa dizer que em algum momento esses centros soberanos vão ruir (ASHLEY; WALKER, 1990b, p. 403). A forma crítica com que vê a soberania, como um problema, faz parte de como Ashley e Walker se posicionam no campo do conhecimento: nas margens.

---

monopólio de poder e autoridade. Mas isso só é possível graças a práticas soberanas de criação temporal e limitação espacial que parecem produzir um meio termo onde “um centro soberano aparenta estar em casa” (WALKER, 2015, p.27).

## Considerações finais

Autores como Ashley e Walker ressaltam um senso de crise disciplinar e expõe a responsabilidade dos escritores por aquilo que criam ou reproduzem. Nesse sentido não há um local neutro de onde possamos fazer análises do cenário internacional e mesmo a forma como produzimos o conhecimento é uma atitude e uma escolha. A partir desse artigo foi possível observar como autores dissidentes se comportam, porque autores pós-modernos, no geral, não procuram a verdade universal para superarem os demais arranjos teórico, mas construir diferentes formas de olhar o mesmo fenômeno.

A dissidência é uma atitude crítica que tenta promover o estudo do internacional de maneira a não excluir outras possibilidades e olhares e que evita ao máximo a criação de naturalizações e conceitos universais. Há uma grande dificuldade em trabalhar com conhecimento e reconhecer a precariedade do que estudamos ao mesmo tempo, mesmo inconscientemente uma formulação como os níveis de análise tende a se tornar uma tabua taxonômica a partir da qual desenvolvemos nossos estudos naturalmente. Apesar dos desafios, tentar resolver problemas contemporâneos com categorias estáveis modernas, como o Estado soberano, é limitado e problemático. À medida que o mundo em que vivemos muda, os estudiosos das Relações Internacionais precisam estar mais atentos às perguntas que foram feitas do que às respostas dadas, principalmente para que haja possibilidade de novas respostas.

## Referências

ASHLEY, Richard K. Living on border lines: Man, Poststructuralism, and War. In: DER DERIAN, J; SHAPIRO, M. J. (Eds.). **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, p. 259-321, 1989.

ASHLEY, Richard K. The poverty of Neorealism. **International Organization**, vol. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.

ASHLEY, Richard K; WALKER, Robert. B. J. Introduction - Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, vol. 34, n. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990a.

ASHLEY, Richard K; WALKER, Robert. B. J. Conclusion - Reading Dissidence/ Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, vol. 34, n. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies, 1990b.

BARTELSON, Jens. Sovereignty before and after the linguistic turn. *In: ADLER-NISSEN, Rebecca; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. **Sovereignty games**: instrumentalizing state sovereignty in Europe and beyond.* New York: Palgrave, cap. 3, p. 33-46, 2008.

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy Constitutes and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DER DERIAN, James. **On Diplomacy**: A genealogy of Western Estrangement. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michel. J. (Eds.). **International/Intertextual Relations**: Postmodern Readings of World Politics. New York: Lexington Books, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Edmund Husserl's Origin of Geometry**: An Introduction. Tradutor John P. Leavey Jr. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989.

DERRIDA. **Dissemination**. Tradutora Barbara Johnson. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

DERRIDA. **The Problem of Genesis in Husserl's Philosophy**. Tradutor Marion Hobson. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

DERRIDA. **Politics of Friendship**. Tradutor George Collins. London and New York: Verso, 1997.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Disciplinar em Crise. *In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.* Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, p. 267-269, 2003.

DERRIDA. **History of Madness**. Tradutores Jonathan Murphy e Jean Khalfa. Abingdon: Routledge, 2006.

DERRIDA. **Security, Territory, Population**: Lectures at the College de France, 1977-1978. Tradutor Graham Burchill, Basingstoke: Palgrave, 2007.

DERRIDA. **Society must be Defended**: Lectures at the College de France, 1975-1976. Tradutor David Macey, New York: Picador, 2003.

DERRIDA **The Order of Things**. New York: Random House, 1970.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

KRISTEVA, Julia. A New Type of Intellectual: The Dissident. *In: MOI, T. (org.). **The Kristeva Reader***. New York: Toril Moi, 1986.

PROKHOVNIK, Raya. The Political Theory of Boundaries and the Boundaries of Political Theory: An Interview with R.B.J. Walker. *In: BROWNING, G; PROKHOVNIK, R; DIMOVA-COOKSON, M. (Eds.). **Dialogues with Contemporary Political Theorists***. New York: Palgrave Macmillan, p. 196-216, 2012.

RESENDE, Erica. S. A. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas Relações Internacionais**. SENHORAS, E. M. CAMARGO, J. F. (orgs.). Boa Vista: Ed. Da UFRR, 2011.

SHAPIRO, Michel. Textualizing Global Politics. *In*: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michel J. (Eds.). **International/Intertextual Relations**: Postmodern Readings of World Politics. New York: Lexington Books, p. 11-22, 1989.

WALKER, Robert. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Trad. Luis Carlos Moreira da Silva. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Apicuri, 2013.

WALKER. **Out of Line**: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern Politics. Série Global Horizons. Londres: Routledge, 2015.

*Recebido em: 28.11.2017*

*Aprovado em: 16.05.2018*